



**Balanço do Plano de Ação**  
**II Estratégia para a Redução de Perdas e Desperdício de**  
**Alimentos no Brasil**

**Dezembro**  
**2025**

## Sumário

INTRODUÇÃO .....	3
OBJETIVOS, METAS E RESULTADOS 2025 .....	4
Objetivo 1: Envidar esforços para a construção de uma metodologia para a mensuração das PDA no Brasil (ODS 12.3). .....	4
Objetivo 2: Promover Políticas Públicas de fortalecimento dos bancos de alimentos, por meio de recursos financeiros, capacitação e ferramentas tecnológicas, incluindo o aprimoramento da mensuração dos alimentos doados e distribuídos.....	5
Objetivo 3: Aperfeiçoar o papel da Rede Brasileira de Bancos de Alimentos, fazendo com que ela funcione de forma mais integrada. ....	6
Objetivo 4: Divulgar e capacitar os agentes que atuam no sistema de doação em relação às boas práticas e segurança sanitária previstas nos manuais da ANVISA. ....	7
Objetivo 5: Promover a implementação de políticas e projetos locais que tenham como base o conceito de sistemas alimentares circulares ou economia circular. ....	8
Objetivo 6: Fomentar ações no ambiente escolar que promovam a sensibilização para a questão do desperdício de alimentos.....	11
Objetivo 7: Aperfeiçoar os mecanismos de incentivo à doação de alimentos, principalmente os alimentos in natura ou minimamente processados, incluindo os incentivos fiscais ou outros mecanismos.....	12
Objetivo 8: Promover ações relativas à redução de impactos no descarte de resíduos orgânicos. ....	13

## INTRODUÇÃO

A Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN/MDS) aprovou, por meio da Resolução nº 16 de 26 de setembro de 2025<sup>1</sup>, a II Estratégia Intersectorial para a Redução de Perdas e Desperdício de Alimentos no Brasil (II ERPDA)<sup>2</sup> e instituiu o seu Comitê Gestor, ao qual compete:

- I – definir os atos necessários para a gestão, o monitoramento, a participação e a mobilização no âmbito da II ERPDA no Brasil;
- II – definir os mecanismos e procedimentos de participação e de cooperação federativa no âmbito da II ERPDA no Brasil;
- III – acompanhar, monitorar e avaliar os programas e as ações que compõem a II ERPDA no Brasil, além de assegurar a divulgação dos seus resultados; e IV – prestar informações ao Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA sobre a II ERPDA no Brasil.

A II ERPDA também contém um Plano de Ação que terá vigência até 2027, composta por 8 objetivos, 10 metas e 21 ações. Este Relatório tem como objetivo apresentar um balanço dos resultados de 2025 e dos compromissos para 2026 e 2027.

---

<sup>1</sup> BRASIL. Resolução nº 16, de 26 de setembro de 2025. Disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-caisan/mds-n-16-de-26-de-setembro-de-2025-658729884>. Acesso em: 18/12/2025.

<sup>2</sup> BRASIL. II Estratégia Intersectorial para a Redução de Perdas e Desperdício de Alimentos no Brasil. Brasília. Disponível em [https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/promocao-da-alimentacao-adequada-e-saudavel/reducao-de-perdas-e-desperdicio-de-alimentos/estrategia\\_rpda.pdf/view](https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/promocao-da-alimentacao-adequada-e-saudavel/reducao-de-perdas-e-desperdicio-de-alimentos/estrategia_rpda.pdf/view)

## OBJETIVOS, METAS E RESULTADOS 2025

**Objetivo 1:** Envidar esforços para a construção de uma metodologia para a mensuração das PDA no Brasil (ODS 12.3).

**Meta 1.1:** Desenvolver mensuração de perdas por culturas relevantes com enfoque em frutas e hortaliças.

**Ação:** Elaborar metodologia, definir as culturas agrícolas a terem as perdas mensuradas e realizar pesquisas.

Responsáveis: IBGE, MAPA, Embrapa, MDA, CONAB e FAO

Prazo: 2027

Execução: Em 2025, a FAO - Escritório Regional ALC – propôs a contratação de uma consultoria para realizar estudos e levantamentos sobre perdas de alimentos no Brasil. Assim, espera-se que, em 2026, ocorra um amplo debate sobre a medição das perdas de alimentos no Brasil.

**Meta 1.2:** Quantificar o desperdício de alimentos em domicílios com abrangência nacional para complementar os estudos gravimétricos do PNUMA e parceiros.

**Ação:** Elaborar pesquisa para quantificar o desperdício de alimentos entre consumidores de diferentes regiões e analisar fatores comportamentais que levam ao descarte de alimentos.

Responsáveis: Embrapa, MDS e parceiros

Prazo: 2026

Execução: Sem resultados para 2025, com previsão para 2026

Objetivo 2: Promover Políticas Públicas de fortalecimento dos bancos de alimentos, por meio de recursos financeiros, capacitação e ferramentas tecnológicas, incluindo o aprimoramento da mensuração dos alimentos doados e distribuídos.

**Meta 2.1** Implementar e modernizar os bancos de alimentos públicos no Brasil, de forma a torná-los mais qualificados para a captação e doação de alimentos.

**Ação 1:** Publicar 3 editais de chamamento público (um por ano) de implementação e/ou modernização de bancos de alimentos, atingindo um total 60 bancos apoiados.

Responsáveis: MDS e IFSP

Prazo: 2027

Execução: Em 2025, destaca-se a publicação de edital para modernização de bancos de alimentos, visando a seleção de propostas para parcerias com entes públicos (estados, municípios, DF, consórcios públicos e entidades da administração indireta), incluindo modernização ou implementação de processos de compostagem ou biodigestão. No decorrer do ano, viabilizou-se o financiamento de bancos de alimentos selecionados no edital de 2024 também, além dos selecionados no edital de 2025, permitindo o apoio a 30 bancos de alimentos em todo o Brasil, totalizando o valor de R\$ 17.789,10 milhões.

**Ação 2:** Criar, no âmbito da Plataforma Alimenta Cidades, uma ferramenta de apoio à gestão dos bancos de alimentos.

Responsáveis: MDS e IFSP

Prazo: 2027

Execução: Ferramenta prevista para ser entregue em 2026.

Objetivo 3: Aperfeiçoar o papel da Rede Brasileira de Bancos de Alimentos, fazendo com que ela funcione de forma mais integrada.

**Meta 3.1** Contar com uma rede de bancos de alimentos (públicos, Sesc Mesa Brasil e ONGs) atuando de forma conectada e integrada.

**Ação:** Criar, no âmbito da Plataforma Alimenta Cidades, uma ferramenta de apoio ao funcionamento da Rede Brasileira de Bancos de Alimentos.

Responsáveis: MDS e IFSP

Prazo: 2027

Execução: Em 2025, foi desenvolvido um sistema de envio de informações (funcionamento, volume de coleta e doação, etc) dos bancos de alimentos aderidos à RBBA. O objetivo é facilitar o monitoramento da rede e divulgar as ações realizadas. A partir das informações coletadas, foi disponibilizado um dashboard com as atividades dos bancos de alimentos (Painel de Indicadores). Para acessar o dashboard: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiZTE1NWFiN2ltM2U0YS00YzdiLWFMMDQtMGNkMjEyMTZjNmI5liwidCI6IjY5ZWE4OTY4LWZhMTgtNDg2MS05ZDIjLWU2YWVhZGEwY2U1ZiI9>.

Objetivo 4: Divulgar e capacitar os agentes que atuam no sistema de doação em relação às boas práticas e segurança sanitária previstas nos manuais da ANVISA.

**Meta 4.1** Capacitar os técnicos que atuam em bancos de alimentos em cursos de gestão, manipulação de alimentos, aproveitamento integral dos alimentos e descarte de resíduos sólidos orgânicos.

**Ação:** Realizar parcerias com universidades, institutos federais e ONGs para viabilizar as capacitações e a produção de materiais de divulgação.

Responsáveis: MDS, as Universidades, os Institutos Federais e ONGs

Prazo: 2027

Execução: ação prevista para 2026.

Objetivo 5: Promover a implementação de políticas e projetos locais que tenham como base o conceito de sistemas alimentares circulares ou economia circular.

**Meta 5.1** Elaboração de projetos, programas e ações de redução de PDA no âmbito da Estratégia Alimenta Cidades.

**Ação 1:** Apoiar 30 cidades na elaboração do diagnóstico local para redução de PDA, incluindo, a identificação de pontos críticos relacionados a PDA em ambiente urbano.

**Ação 2:** Apoiar 30 cidades na definição de ações e programas para a redução de PDA em ambiente urbano.

**Ação 3:** Apoiar 05 cidades na mensuração de PDAs.

Responsáveis: MDS e municípios

Prazo: 2027

Execução: ações previstas para serem executadas em 2026.

**Meta 5.2** Fortalecer ações no âmbito do Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana que promovam sistemas alimentares circulares.

**Ação 1:** Implantar 300 “Sisteminhas”, tecnologia social desenvolvida pela Embrapa e parceiros.

Responsáveis: MDS, Embrapa e municípios

Prazo: 2027

Execução:

- Em outubro de 2025 ocorreu a celebração do Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 09/2024, celebrado entre o MDS e a Embrapa Maranhão;



- processo de mobilização junto aos municípios finalizados;
- Editais para contratação das entidades executoras em processo de elaboração;
- 2 (duas) unidades implantadas: 1 (uma) no município de Ananindeua/PA e 1 (uma) no município de Belém/PA.

**Ação 2:** Apoiar a implantação/manutenção de 96 hortas urbanas, incluindo o financiamento de sistemas de compostagem.

Responsáveis: MDS, IFPA e municípios

Prazo: 2027

Execução: Em 2025, houve a celebração do Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 08/2025, celebrado entre o MDS e o Instituto Federal do Pará.

**Meta 5.3** Elaboração de projetos e ações que engajem a rede de cozinhas solidárias em práticas alinhadas à redução do desperdício.

**Ação 1:** Implantar 7 biodigestores em cozinhas solidárias para desenvolver projeto piloto de promoção da economia circular no território das cozinhas (Programa Cozinhas Sustentáveis).

Responsáveis: MDS, MME, Itaipu Binacional, Secretaria Geral da Presidência da República,

Execução: Em 2025, foi implantado um biodigestor em Ananindeua/PA durante a COP-30. Os demais devem ser implementados em 2026.

**Ação 2:** Elaborar proposta de processos formativos sobre sistemas alimentares sustentáveis para beneficiários do Programa Cozinhas Solidárias.

**Ação 3:** Capacitar 100 cozinhas solidárias em sistemas alimentares sustentáveis.

Responsáveis: MDS e a FAO

Prazo: 2027

Execução: Em relação à ação 2, houve a realização do projeto-piloto envolvendo cozinhas de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, sendo provável a consolidação da proposta em 2026. Já a capacitação ocorrerá em 2026.

Objetivo 6: Fomentar ações no ambiente escolar que promovam a sensibilização para a questão do desperdício de alimentos.

**Meta 6.1** Divulgação das ferramentas que auxiliem na gestão do PDA nas escolas.

**Ação 1:** Sensibilizar e capacitar CECANEs e nutricionistas da alimentação escolar a utilizarem as ferramentas.

Responsáveis: FNDE e Cecanes

Prazo: 2026

Execução: o CECANE UFF realizou em 2024 e 2025 capacitações para uso de instrumento de sustentabilidade direcionado a nutricionistas do PNAE e aos agentes dos CECANES de diferentes estados. Além disso, o FNDE está elaborando um curso virtual no âmbito de um projeto chamado "Alimentação Escolar Nota 10", em parceria com Itaipu Binacional e Instituto Federal do Sul de Minas, que irá capacitar nutricionistas e merendeiras em segurança alimentar e nutricional, abordando dentre um dos seus temas o desperdício de alimentos. O curso será ofertado no primeiro semestre de 2026. As capacitações promovidas pelo CECANE UFF serão ampliadas em 2026 a fim de alcançar mais nutricionistas e CECANES.

**Ação 2:** Elaborar e distribuir material orientativo quanto a PDA aos gestores escolares e nutricionais da alimentação escolar.

Responsáveis: FNDE e o CECANES

Prazo: 2026

Execução: foi realizado o planejamento de informativos sobre Perdas e Desperdícios de alimentos no contexto do PNAE, com enfoque na divulgação do instrumento de gestão em sustentabilidade para o PNAE. Esses informativos serão enviados para toda rede de nutricionistas do PNAE e para os gestores escolares. Os informativos serão enviados no primeiro semestre de 2026.

Objetivo 7: Aperfeiçoar os mecanismos de incentivo à doação de alimentos, principalmente os alimentos in natura ou minimamente processados, incluindo os incentivos fiscais ou outros mecanismos.

**Meta 7.1** Elaboração de estudos sobre a utilização dos incentivos fiscais relacionados à doação de alimentos.

**Ação:** elaboração de estudo

Responsáveis: MDS e Ministério da Fazenda

Prazo: 2025

Execução: a primeira reunião foi realizada com a área de estudos tributários visando o levantamento de dados sobre o impacto da dedução fiscal na doação de alimentos. A segunda reunião foi realizada com área de tratamento tributário visando entender como se aplicam financeiramente nas empresas as normas relacionadas aos casos de lançamento de alimentos como "perda" e como doação. A próxima reunião também visa entender como funcionam os procedimentos fiscais quando da doação dos alimentos. Previsão de finalização em 2026.

## Objetivo 8: Promover ações relativas à redução de impactos no descarte de resíduos orgânicos.

**Meta 8.1:** Aumentar a valorização de resíduos orgânicos urbanos e desviar da disposição final (aterros sanitários e lixões) por meio da reciclagem e ações de prevenção ao desperdício de alimentos, de forma integrada ao Plano de Redução e Reciclagem de Resíduos Orgânicos Urbanos em desenvolvimento pelo MMA.

**Ação 1:** Aprimorar os sistemas nacionais de informação sobre resíduos sólidos urbanos, ampliando as informações coletadas sobre gestão dos resíduos orgânicos urbanos e prevenção ao desperdício de alimentos no Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA), articulando-o com o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR).

Responsáveis: MMA, MDS e o MCidades

Prazo: 2027

Execução:

- O MMA lançou durante a COP-30, em novembro de 2025, o Plano Nacional de Redução e Reciclagem de Resíduos Orgânicos Urbanos - Planaro. No plano consta de forma expressa algumas recomendações e orientações para aprimoramento dos sistemas nacionais de informações sobre gestão de resíduos sólidos existentes (Sinisa e Sinir), bem como integração com sistemas estaduais e inclusão de dados públicos e privados de iniciativas de gerenciamento de resíduos orgânicos que ainda não se encontram nas bases oficiais.
- Em 2023, o MMA firmou Acordo de Cooperação Técnica com o Instituto Pólis visando aprimorar a gestão de resíduos orgânicos no Brasil, associada à agricultura urbana, mitigação de gases do efeito estufa e inclusão de catadores. No âmbito deste ACT está sendo elaborado um Panorama da Gestão de Resíduos Orgânicos Urbanos pelo Instituto Pólis, com dados do Sinisa e do Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR (dentro do Sinir). Esse panorama servirá de base para subsidiar futuros aprimoramentos dos sistemas de informações.

**Ação 2:** Criar mecanismos e programas de capacitação e assessoria técnica para municípios, consórcios, órgãos ambientais e profissionais envolvidos

no manejo de resíduos sólidos urbanos sobre prevenção ao desperdício de alimentos e reciclagem de resíduos orgânicos.

Responsáveis: MMA e o MDS

Prazo: 2027

Execução:

- Em 2023, o MMA firmou Acordo de Cooperação Técnica com o Instituto Pólis visando aprimorar a gestão de resíduos orgânicos no Brasil, associada à agricultura urbana, mitigação de gases do efeito estufa e inclusão de catadores. No bojo deste ACT constam atividades de formação profissional, elaboração de material técnico e troca de experiências. Assim, merece destaque a criação da Plataforma digital “Brasil Composta Cultiva” (<https://brasilcompostacultiva.org.br/>). A plataforma disponibiliza informações para promover a compostagem e reciclagem de resíduos orgânicos. Para isso, oferece assistência técnica, cursos presenciais e online sobre compostagem com foco nos municípios, tours de compostagem, estudos de casos de sucesso, dentre outros.
- Encontra-se em execução o "Projeto BR-23-002 - Desenvolvimento de estratégia de mitigação de metano para os setores de resíduos urbanos e agrícolas", com financiamento da CCAC (Climate and Clean Air Coalition) no valor de U\$ 1 milhão, com execução pelo Instituto 17 e Instituto Pólis, tendo como parceiros políticos o MMA e o MAPA. Por meio do projeto serão desenvolvidos guias técnicos, ferramentas e estratégias para apoiar a União e os municípios na implementação de políticas e boas práticas de gestão de resíduos orgânicos com foco na mitigação de metano.
- Encontra-se em execução o "Projeto 24-040-BR-25-002t - Avaliação das regulamentações subnacionais sobre compostagem de pequeno porte", com financiamento da CCAC no valor de U\$ 50 mil, com execução pelo Cepagro - Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo, tendo como parceiro político o MMA. O projeto irá avaliar os processos e diretrizes de licenciamento ambiental de pátios de compostagem, para identificar possíveis entraves e boas-práticas em nível municipal e estadual, bem como irá elaborar guia contendo recomendações técnico-metodológicas para subsidiar a elaboração de diretriz nacional para os órgãos ambientais competentes com vistas a aperfeiçoar e simplificar a metodologia de licenciamento ambiental de pátios de compostagem, de modo a fomentar e facilitar a ampliação da reciclagem de resíduos orgânicos em todo o país.

**Ação 3:** Apoiar tecnicamente e financeiramente programas de coleta seletiva, compostagem e reciclagem de resíduos orgânicos urbanos em pequenas (até 50 mil habitantes) e médias cidades (entre 100 e 500 mil habitantes), podendo incluir o financiamento de ações integradas com a promoção da agricultura urbana e periurbana.

Responsáveis: MMA, MDS e MDA

Prazo: 2027

Execução:

- Edital de Chamamento Público SQA nº 1/2023 - Compostagem e Agricultura Urbana e Periurbana: foram celebrados 9 convênios no valor global de R\$ 8.064.314,73, com os municípios Florianópolis/SC, Realeza/PR, Caxias do Sul/RS, Socorro/SP, Guarapuava/PR, Santa Bárbara d' Oeste/SP, Joanópolis/SP, São José dos Campos/SP, Forquilha/SC.
- Edital FNMA/SQA nº 1/2024 - Apoio a Organizações de Catadores de Materiais Recicláveis: foram celebrados 24 Termos de Colaboração com organizações de catadores, no montante de R\$ 17.985.328,19, sendo que 18 desses instrumentos contam com ações de compostagem a cargo dessas organizações. Os projetos com compostagem estão localizados nos municípios: Belém/PA, Ourilândia do Norte/PA, Aracati/CE, Ourilândia/BA, Jacobina/BA, Caetité/BA, Santo Estevão/BA, Entre Rios/BA), Brasília/DF, Chapada dos Guimarães/MT, Alto paraíso de Goiás/GO, Lençóis Paulista/SP, Orlândia/SP, Bauru/SP, São Paulo/SP, Canoas/RS, São Leopoldo/RS, Cruz Alta/RS.
- Edital de Chamamento Público SQA nº 01/2024 - Gestão de Resíduos Sólidos em Consórcios Públicos Municipais de Minas Gerais - Acordo Substitutivo de Multa Ambiental nº 1/2020: processo seletivo finalizado em novembro/2025. No 1º semestre de 2026, serão celebrados pelo menos 11 Acordos de Implementação de Multa Ambiental no valor global de R\$ 98.855.625,39, com os seguintes consórcios: 1 - Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Cis-Verde; 6 mun. Beneficiados, Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - Cides: 13 mun. Beneficiados, Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Sul de Minas Gerais - Cisab Sul; 18 mun. Beneficiados, Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento

Sustentável da Região de São Sebastião do Paraíso-MG; 5 mun. Beneficiados, Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Microrregião da Serra Geral de Minas - União da Serra Geral; 15 mun. Beneficiados, Consórcio Público para Desenvolvimento da Microrregião do Alto Paraopeba e Vertentes - Condapav; 6 mun. Beneficiados, Consórcio Intermunicipal Multifinalitário para o Desenvolvimento Ambiental Sustentável do Norte de Minas - Codanorte; 9 mun. Beneficiados, Associação Pública dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Grande - Ameg; 8 mun. Beneficiados, Consórcio de Desenvolvimento da Área dos Municípios da Microrregião da Mantiqueira - Codamma; 9 mun. Beneficiados, Consórcio Intermunicipal Região Integrada de Desenvolvimento Sustentável - Rides; 10 mun. Beneficiados, Consórcio Intermunicipal do Alto e Médio Carangola para Gestão e Manejo dos Resíduos Sólidos; 10 mun. Beneficiados. São 109 municípios a serem beneficiados no total, somando 1.688.765 habitantes.

**Ação 4:** Realizar campanhas de sensibilização e conscientização sobre os benefícios da prevenção ao desperdício de alimentos, compostagem e reciclagem de resíduos orgânicos.

Responsáveis: MMA e MDS

Prazo: 202

Execução: Os resultados em 2025 consistem em ações de sensibilização e conscientização sobre reciclagem de resíduos orgânicos, desenvolvidas no âmbito da Plataforma digital “Brasil Composta Cultiva” (<https://brasilcompostacultiva.org.br/>).